



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0010860-21.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal (Violência Doméstica Contra a Mulher)**
 Documento de Origem: **IP - 6762/2017 - Delegacia da Defesa da Mulher de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **ANGEL PAULO ABRÃO**
 Vítima: **MARIA DA GLORIA ABRÃO**

Réu Preso

Aos 23 de março de 2018, às 14:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu ANGEL PAULO ABRÃO, acompanhado de defensora, a **Drª Amanda Grazielli Cassiano Diaz – Defensora Pública**. A seguir foi ouvida a vítima, duas testemunhas de acusação e interrogado o réu, sendo todos os depoimentos gravados por meio de sistema audiovisual. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **As alegações foram feitas gravadas em mídia. Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** “ANGEL PAULO ABRÃO, qualificado a fls.08, foi denunciado como incurso no artigo 129, §9º, e artigo 147, c.c. art.61, inciso II, “h”, todos do Código Penal, porque no dia 08 de novembro de 2017, por volta das 17h45, à Rua Hipólito José da Costa, 385, Jardim Santa Maria, nesta cidade e comarca de São Carlos/SP, prevalecendo-se de relações domésticas e familiares contra a mulher na forma da Lei nº 11.340/06, ofendeu a integridade corporal de sua genitora Maria da Glória Abrão, causando-lhe ferimento na perna direita. Consta também que nas mesmas circunstâncias de tempo e espaço acima descritas, ANGEL PAULO ABRÃO, qualificado a fls.08, prevalecendo-se de relações domésticas e familiares contra a mulher, ameaçou sua genitora Maria da Glória Abrão, idosa com 67 (sessenta e sete) anos de idade, por palavras, de causar-lhe mal injusto e grave. Segundo se apurou, o denunciado é filho da vítima e estava proibido de se aproximar dela, conforme medida protetiva concedida nos autos nº. 0010346-68.2017.8.26.0566, que tramita nesta 3ª Vara Criminal de São Carlos. No dia dos fatos, o denunciado, bastante descontrolado, invadiu a residência de sua genitora, pulando o muro após danificar a cerca elétrica e o telhado desta. Ao tomar o interior da casa, o denunciado passou a ameaçar a vítima, dizendo que a mataria. Em seguida, jogou um sapato em direção à vítima, lesionando a perna direita desta, consoante foto de fls. 25, cuja natureza será oportunamente


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

constatada com a juntada do laudo. Os vizinhos, então, conseguiram controlar a situação e acionaram a Polícia Militar, ocasião em que o denunciado foi preso em flagrante delito. Recebida a denúncia (fls.103), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.193). Nesta audiência foi ouvida a vítima, duas testemunhas de acusação e interrogado o réu. Nas alegações finais as partes requereram a absolvição imprópria, com tratamento ambulatorial. **É o relatório. Decido.** A materialidade da lesão corporal está provada pelo laudo de fls.116. A vítima confirma ter sofrido agressão com arremesso de um tênis. O ferimento foi visto pelos policiais. O réu confirma ter arremessado o tênis, embora sem intenção de ferir. Contudo, prepondera o depoimento da vítima. No tocante a ameaça, não confirmada pela ofendida, inviável o reconhecimento. O réu é imputável, conforme laudo de fls.169/170 e, sendo o delito de lesão corporal sujeito a pena de detenção, é caso de tratamento ambulatorial ao réu, nos termos do artigo 96, II, do CP. Ante o exposto, em razão da inimizabilidade, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** ANGEL PAULO ABRÃO com fundamento no artigo 386, VI, e parágrafo único, III, do Código de Processo Penal, impondo-lhe tratamento ambulatorial pelo prazo mínimo de 01 (um) ano. Em razão da absolvição, o réu poderá recorrer em liberdade. **Expeça-se alvará de soltura clausulado.** Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Réu: